



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0001452-89.2011.2.00.0000

Requerente: Edmilson da Costa Lima

Interessado: Associação dos Magistrados do Maranhão - Amma

Requerido: Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Maranhão-ma
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO.

1. O juiz titular que é designado temporariamente para responder simultaneamente por outro juízo, não possui 'direito subjetivo' de permanecer na substituição até que sobrevenha um titular para a vara de substituição.

2. Tampouco constitui violação à inamovibilidade o ato da Corregedoria local que tenha feito cessar a sua designação para responder em substituição.

3. A inamovibilidade constitui garantia constitucional que protege a independência tanto de juízes substitutos (PP 0005955-90.2010.2.00.0000) quanto titulares.

4. Em relação aos titulares, a inamovibilidade lhes garante a permanência nos cargos para os quais foram nomeados, somente podendo serem removidos por interesse público e decisão da maioria absoluta do respectivo tribunal.

5. Não padece de ilegalidade o ato, sem motivação expressa, da Corregedoria local que, com fundamento na escala de substituição previamente publicada, fez cessar a designação temporária de juiz para responder em substituição.

6. Tampouco há ilegalidade no ato do juiz local que, por meio de portaria da Presidência do Tribunal, solicitou a exoneração de servidora que possuía bacharelado em direito para ocupar vaga de assessoria de juiz que não exigia tal titulação.

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO que se conhece, e a que se julga improcedente.

EDMILSON DA COSTA LIMA, juiz de direito titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas, Maranhão, vem ao CNJ interpor **PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO, COM PEDIDO DE LIMINAR**, em face de atos do **Corregedor Geral de Justiça** do respectivo Tribunal, pelas razões que seguem.

Informa que vem respondendo, desde **01/02/2011**, e até ulterior deliberação, pelo Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas e, cumulativamente, pela 1ª Vara da Mesma Comarca (**Portaria CGJ n. 455/2011**), que estava vaga desde **05/5/2010**.

Após entrar em exercício cumulativo na 1ª Vara, solicitou por ofício à Corregedoria, em **07.02.2011**, a exoneração do cargo em comissão de assessor de Juiz B - Entrância Intermediária, Maria do Nazaré Lima de oliveira (Ato n. 63/2011-TJ) e, em substituição, a nomeação de JULIANA DE ALMEIDA FERNANDES (Ato n. 67/2011-TJ), bacharel em direito, 2ª colocada n processo seletivo simplificado realizado.

Alega que, de forma surpreendente, em **18.02.2011**, o Corregedor Geral editou 2 portarias: **uma primeira (CGJ n. 732)** fazendo cessar os efeitos (**a partir de 01.02.2011**) da designação do magistrado para responder cumulativamente pela 1ª Vara, e **a segunda (CGJ n. 732)** designando o magistrado **Frederico Feitosa de Oliveira**, juiz titular da Comarca de Riachão, Maranhão, que está em estágio probatório, para responder provisória e cumulativamente pela vara a partir de **21.02.2011**.

Ressalta que as datas de cessação de efeitos de sua designação, e a designação do novo magistrado para responder pela vara, não são coincidentes, e que tampouco recebeu o valor correspondente à substituição. Por fim, que não há exposição de motivos nem explicitação da finalidade pública de tais atos.

Por fim, informa que no mesmo dia em que foi designado, o novo magistrado comunicou por telefone à nova assessora (portadora de diploma de bacharelado em direito), recém empossada, que estaria dispensada do serviço (Ofício n. 28/2011-GJ e Ato n. 91/2011-TJ), pois iria retornar ao cargo a servidora antes dispensada, por não possuir diploma de bacharel em direito.

Conclui que tais atos administrativos possuem vícios quanto ao motivo e finalidade (abuso de poder e desvio de finalidade), e indaga a razão pela qual a Corregedoria teria designado magistrado de Comarca diferente para responder pela 1ª Vara temporariamente, sobretudo porque a) em Balsas existem 3 varas e 1 juizado, e na época do fato havia somente 2 magistrados em exercício; b) a Comarca de Balsas dista cerca de 70Km de Riachão; c) a 1ª Vara está em situação desordenada e dramática.

Requer a concessão da liminar para que:

- 1.O requerente volte a responder pela 1ª Vara da Comarca de Balsas, até a remoção ou promoção de novo titular;
- 2.Juliana de Almeida Fernandes seja reconduzida ao cargo de assessor de juiz B, entrância intermediária, na 1ª Vara;
- 3.Determine-se ao Tribunal que efetue, em 48h, o pagamento imediato pelos dias em que respondeu pela 1ª Vara.

Sustenta que há fundado receio de prejuízo, dano irreparável ou risco de perecimento do direito invocado, na permanência da situação atual, e em razão do caráter alimentar da prestação.

No mérito:

1. A invalidação das Portarias impugnadas, com a recondução do requerente para responder pela 1ª Vara;
2. A recondução da servidora acima referida;
3. A confirmação da ordem para que o Tribunal efetue o pagamento do requerente.

Adiei a decisão sobre o pedido de liminar para momento posterior às informações a serem prestadas pelo Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão **(DESP2)**.

Instada a manifestar-se, a Corregedoria do Tribunal informou que **(INF3)**:

- De acordo com o **Provimento 011/2006**, que dispõe sobre a **substituição de juízes titulares de vara, comarcas e a vinculação de juízes substitutos às zonas judiciárias**, informa que o requerente neste feito não faz parte da escala de substituição da 1ª Vara de Balsas, razão pela qual o Corregedor fez cessar os efeitos da Portaria n. 455/2011, que o designou para responder pela referida Unidade Jurisdicional, através da Portaria n. 732/2011, e designou pela Portaria n. 738/2011 o Magistrado Frederico Feitosa de Oliveira, titular da Comarca de Riachão (3º na escala de substituição), para responder pela referida vara, uma vez que o juiz substituto da 15ª Zona de Balsas, Marcelo Frazão Pereira, já estava respondendo pela 2ª e 3ª Varas da referida Comarca, assim como pela Diretoria do Fórum.
- Entretanto, com o retorno do juiz titular da 2ª Vara de Balsas às suas atividades, o juiz substituto Marcelo Frazão Pereira já pôde assumir a 1ª Vara de Balsas, pois é o 1º na escala de substituição.
- Por esta razão, entende que os atos atacados não possuem vício quanto à motivação ou mesmo quanto à finalidade, pois estão amparados pelo Provimento n. 011/2006 da Corregedoria do Tribunal do Maranhão.
- Pelo número excessivo de processos existentes no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas, entende que o requerente deve dedicar-se exclusivamente a ele.
- Relativamente ao pagamento do magistrado, informa que a Corregedoria encaminha relatório mensal à Coordenação de Pagamentos do Tribunal com os nomes e o período em que cada magistrado respondeu, para que sejam efetuados os pagamentos devidos.
- Em razão do magistrado haver respondido pela substituição no período de 01.02.2011 a 20.02.2011, somente após o término do mês de março é que será encaminhado o relatório para pagamento.
- Requer, por fim, o arquivamento do feito.

Em 04.04.2011, o requerente manifestou-se sobre as informações prestadas **(PET17)**:

- Ressalta que, em suas informações, a Corregedoria não se manifestou sobre a situação da servidora MARIA DE NAZARÉ LIMA DE OLIVEIRA, que foi reconduzida ao cargo em comissão de Assessor de Juiz B;

- Tampouco a Corregedoria informa porque o requerente não está na referida escala;
- Esclarece ainda que o referido provimento de escala não é cumprido, e que a Associação dos Magistrados do Maranhão deliberou por encaminhar ofício àquele órgão para adotar providências;
- Acrescenta que o juiz titular da Vara Única da Comarca de Riachão, que irá responder pela 1ª Vara de Balsas, também irá participar do NÚCLEO DE APOIO À EFETIVIDADE JUDICIÁRIA, que realiza mutirões e exige o deslocamento permanente dos juizes;
- Reitera o pedido de concessão da liminar e, no mérito, a sua confirmação.

Em petição protocolada no mesmo dia 04/04/2011 (**PET19**), o requerente **reitera o pedido de liminar**. Entretanto, mantive minha decisão de só analisar o pedido de liminar de posse de informações completas sobre o caso.

Solicitei ao Tribunal a complementação das informações relativamente à situação da servidora MARIA DE NAZARÉ LIMA DE OLIVEIRA, que, segundo o requerente, não possuía bacharelado em direito e, entretanto, foi reconduzida ao cargo em comissão de Assessor de Juiz B. Ainda, que informe em qual diploma normativo há previsão de tal cargo e as condições de seu preenchimento, juntando sua cópia aos autos (**DESP23**).

O Corregedor do Tribunal informou que (INF24):

- Deixou de se manifestar com relação à **exoneração** da servidora Juliana de Almeida Fernandes e a **nomeação** da servidora Maria de Nazaré Lima de Oliveira, no cargo de Assessor de Juiz B, em razão de os referidos atos terem sido praticados pelo Presidente do Tribunal;
- Informa entretanto que o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão dispõe que compete ao Presidente do Tribunal "*nomear servidores em cargos comissionados e nomear e lotar os servidores efetivos do Poder Judiciário, em ambos os casos, após aprovação do Plenário; e prorrogar, quando requerido pelo servidor, o prazo para posse por até trinta dias*" (inciso XXXV, art. 25);
- Que o provimento do cargo de assessor de juiz, criado com base na Lei Estadual 8.727/2008, não exige o bacharelado em Direito, nem sequer diploma de nível superior, sendo, seu preenchimento ato discricionário da administração pública.

Imediatamente após as informações prestadas pelo Corregedor, o magistrado requerente alegou que (PET35):

- as informações prestadas pela Corregedoria não refutam o argumento do **abuso de poder e desvio de finalidade**.
- Apesar da crítica feita pelo Corregedor de que o requerente deve exercer suas atribuições exclusivamente no Juizado Especial Cível e Criminal de Balsas/MA, sabe-se que as 4 unidades judiciais em funcionamento na Comarca de Balsas/MA não estão em situação mais confortável.
- Sobre a recondução da servidora que não dispõe de diploma de nível superior, alega que o Corregedor continua sem esclarecer a situação, pois alega ser o presidente do Tribunal o responsável pela nomeação dos servidores; na verdade o Presidente é exclusivamente responsável pelo ato de nomeação, mas a escolha é do próprio juiz;

- Ressalta que não está em discussão a exigência do diploma de direito para o preenchimento do cargo, mas sim a utilização de subterfúgios do Corregedor para manter no cargo a referida servidora;
- **Informa, ainda, que durante o período em que o juiz Titular da Vara Única da Comarca de Richão respondeu pela 1ª Vara da Comarca de Balsas (de 21.2.2011 a 22.3.2011), NUNCA COMPARECEU à vara.**
- Ao final, reitera a urgência da apreciação do pedido de liminar.

A **Associação dos Magistrados do Maranhão** peticionou no pleito, requerendo seu ingresso como 3º interessado (**PET36**), alegando que:

- Nestes autos está em causa o princípio da inamovibilidade;
- Os atos do Corregedor Geral da Justiça do Maranhão são ilegais, porque lhes falta motivação, além de ferirem o interesse público, pois serviram como forma de punição ao magistrado requerente, que exonerou a servidora que lá estava;
- Os atos do Corregedor, desprovidos de motivação, violam também o **Provimento 011/06 do TJ/MA**, que dispõe sobre a substituição dos juízes, vedando sua movimentação por atos desmotivados e arbitrários, conforme dispõe seu art. 3º: "O Corregedor Geral da Justiça poderá designar, nos casos de afastamento de Juiz Titular, Juiz de Direito Substituto zoneado na respectiva circunscrição ou na falta ou impedimento deste, **Juiz Substituto de outra Zona, e, ainda, não havendo Substituto disponível, Juiz Titular de Comarca ou Vara de outra localidade.**"
- Desta forma, tais atos feriram o princípio do Juiz Natural, gerando prejuízos aos jurisdicionados;
- Ao final, requer a procedência do pedido para que se determine ao Corregedor que motive os atos por ele expedidos, e se determine o retorno do magistrado Edmilson da Costa Lima, requerente neste PCA, à 1ª Vara da Comarca de Balsas, até que seja titularizada de forma regular.

Indeferi o pedido de liminar em 14.04.2011, por entender que a ilegalidade do ato atacado não era tão flagrante a ponto de justificar a concessão de medida excepcional. Solicitei informações complementares do Corregedor do Tribunal, para que informasse se o magistrado que respondeu temporariamente pela 1ª Vara da Comarca de Balsas havia realizado alguma audiência no período (**DEC43**).

O Sr. Corregedor respondeu laconicamente sobre o número de sentenças, despachos e decisões proferidas pelo Juiz Frederico Feitosa de Oliveira, omitindo as informações requeridas expressamente no final da Decisão. Reiterei o pedido de informações (**DESP47**), que posteriormente vieram aos autos (**INF49**), com os seguintes dados:

- A revogação da portaria de substituição não é ato sem motivo, mas sem motivação. Ademais, entende que o administrador não está "obrigado a expor o motivo, motivação, em todo e qualquer ato administrativo...";
- A escala de substituições elaborada pelo Tribunal foi elaborada tendo em vista a escassez de juízes substitutos no Tribunal. Em tal escala, a primeira opção é sempre ocupada pelo juiz substituto de uma determinada Zona.

- No caso concreto, o juiz substituto, assim como os demais, já se encontrava respondendo por mais de uma unidade jurisdicional, inclusive pela 2ª Vara da Comarca de Balsas, porque seu titular encontrava-se de férias;
- Por esta razão, e por ser o 3º na escala de substituição, é que o Juiz de Riachão passou a responder pela 1ª Vara de Balsas, pela qual estava o requerente respondendo provisoriamente.
- Atualmente, responde pela 1ª Vara da Comarca de Balsas o juiz de direito substituto da 15ª zona judiciária, Dr. Marcelo Frazão Pereira (DOC51).
- O motivo do ato foi o melhor interesse público, e possui fundamento no art. 3º do Provimento 11/2006 - CGJ/MA;
- A questão tratada neste PCA restringe-se à autonomia do Tribunal;
- Atualmente encontra-se respondendo pela 1ª Vara é o juiz substituto da 15ª Zona de Balsas, conforme a escala de substituição;
- O requerente não possui direito subjetivo de responder pela 1ª Vara;

Após as informações, o requerente mais uma vez manifesta-se nos autos (REQ52 e REQAVU54) reiterando os termos da inicial, insistindo na urgência da medida, pois em 5.5.2011 foi lançado edital de promoção por antiguidade para ocupação da 1ª Vara da Comarca de Balsas (EDT-MAG-212011), estipulando o prazo de 40 dias para o preenchimento da vaga.

Relatados, decido.

2. FUNDAMENTAÇÃO.

2.1 CONHECIMENTO

A questão tratada nestes autos encaixa-se no leque de atribuições constitucionais deste Conselho, e portanto dele conheço.

2.2. MÉRITO

Analiso cada uma das questões colocadas nestes autos, para melhor fundamentação do voto.

1. RELATIVAMENTE À SUPOSTA VIOLAÇÃO DA INAMOVIBILIDADE

Tanto o requerente quanto a Associação dos Magistrados Maranhense afirmam que a **Portaria CGJ n. 732/2011**, que fez cessar os efeitos da **Portaria CGJ n. 455** (que havia designado o requerente para responder cumulativamente pela 1ª Vara da Comarca de Balsas, temporariamente), **VIOLA A GARANTIA DE INAMOVIBILIDADE DO MAGISTRADO**, pois a portaria não possui **MOTIVAÇÃO**.

Em recente julgamento neste CNJ (PP 0005955-90.2010.2.00.0000), o Plenário estabeleceu uma interessante discussão sobre o assunto, em que se discutia se o **magistrado substituto teria direito ou não à inamovibilidade**. Transcrevo a ementa do julgado:

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. JUÍZES SUBSTITUTOS. INAMOVIBILIDADE. APLICAÇÃO. DESIGNAÇÃO E REMOÇÃO. CRITÉRIOS OBJETIVOS. PROCEDÊNCIA.

1. Aplica-se aos juízes substitutos a garantia constitucional da inamovibilidade, por se tratar de garantia funcional de independência da atividade jurisdicional, cláusula pétrea da magistratura, que dá guarida, ao lado da irredutibilidade e da vitaliciedade, ao princípio da imparcialidade, de maneira que, **exceto nas hipóteses de designação temporária para substituições eventuais, o magistrado deve ter sua independência preservada, por meio de lotação em unidade jurisdicional específica.**

2. A Carta Magna de 1988, com mais evidência, manteve a tradição constitucional de, dentre as cláusulas pétreas, quanto aos juízes recém-admitidos, excepcionar apenas a garantia da vitaliciedade, ainda assim, apenas se e enquanto o magistrado estiver no lapso temporal correspondente ao estágio probatório.

3. Pedido de Providências julgado procedente.

Pela ementa transcrita, podemos concluir que todos os magistrados, sejam titulares ou substitutos, têm direito à histórica e indefectível garantia da inamovibilidade, que possui significados diferentes para cada um deles.

Em relação aos **substitutos**, o acórdão determinou que:

- os juízes substitutos devem ser lotados inicialmente numa vara para atuação em auxílio;
- devem ser definidos **critérios objetivos** para estabelecer quais varas devem ser contempladas com um juiz substituto, estando tais critérios subordinados, em última análise, ao juízo de conveniência e oportunidade da Direção do Tribunal (Vice-Presidência, Corregedoria etc);
- também devem ser definidos critérios objetivos para a definição da lotação dos juízes substitutos, obedecendo-se ao critério de antiguidade;
- em caso de necessidade de designação temporária ou substituição eventual em outra unidade jurisdicional, finda a situação fática que determinou seu deslocamento, o juiz substituto deve retornar à unidade na qual é regularmente lotado.

Chamo a atenção, portanto, para o esforço do Plenário do CNJ em definir a objetivação dos critérios de atuação dos juízes substitutos. Entretanto, não é esta questão que se discute nestes autos.

Nos presentes autos, o requerente, que é juiz de direito titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas, **foi designado precária e temporariamente** para responder em substituição pela 1ª Vara da Comarca de Balsas, que só poderia ter sido afastado da substituição através de ato motivado do Corregedor do Tribunal. Alega que, não havendo motivação, o ato é nulo e viola a sua garantia de inamovibilidade.

Em primeiro lugar, deve-se esclarecer que, em relação ao magistrado titularizado, a inamovibilidade assume outro significado, garantindo-lhe a permanência no cargo para o qual foi **nomeado**, não podendo ser o juiz designado para atuar noutro lugar, salvo nas hipóteses de remoção por interesse público, pela decisão da maioria absoluta do respectivo tribunal.

Desta forma, percebe-se que tanto o requerente quanto a Associação interessada estão a confundir a **nomeação do juiz titular** com a **sua designação temporária**, institutos diferentes do direito administrativo. Aplica-se o instituto da inamovibilidade em relação ao primeiro instituto, o da **nomeação** do requerente para responder pela titularidade do Juizado Especial. Entretanto, em relação à **designação** temporária para responder pela 1ª Vara, não há que se falar em inamovibilidade, não possuindo, como bem lembrou o Corregedor em suas informações, 'direito subjetivo' do requerente de permanecer respondendo em substituição na Vara. A questão central aqui não é da inamovibilidade do magistrado, mas da eficiência da administração judicial em organizar uma escala de substituição que permita o oferecimento da prestação jurisdicional a contento.

Ora, segundo a própria ementa do acórdão que acabei de transcrever, nas hipóteses de **designação temporária** para substituições eventuais, o Tribunal pode e deve agir com certa margem de discricionariedade, de forma a acomodar as necessidades imprevisíveis que surgem no cotidiano da administração do Tribunal.

E, como se depreende do Provimento n. 11/2006 da Corregedoria local, **há uma ordem na escala de substituição previamente definida, que foi observada pelo Corregedor**, transcrita abaixo:

Balsas - 1ª Vara:

- 1º - juiz substituto da 15ª Zona (Balsas);
- 2º - juiz da 2ª Vara de Balsas;
- 3º - juiz de Riachão;
- 4º - juiz de Estreito.

Observa-se, desde logo, que o **requerente não faz parte da escala de substituição da 1ª Vara**, embora a Corregedoria o tenha designado por força do disposto no §3º do mesmo Provimento.[\[1\]](#) O Magistrado Frederico Feitosa de Oliveira, titular da Comarca de Riachão (3º na escala de substituição), foi designado para responder pela referida vara, uma vez que o juiz substituto da 15ª Zona de Balsas, Marcelo Frazão Pereira (1º na escala), já estava respondendo pela 2ª e 3ª Varas da referida Comarca, assim como pela Diretoria do Fórum.

Entretanto, com o retorno do juiz titular da 2ª Vara de Balsas às suas atividades, o juiz substituto Marcelo Frazão Pereira já pôde assumir a 1ª Vara de Balsas, pois é o 1º na escala de substituição.

Desta forma, **não há qualquer vício na Portaria** que fez cessar a designação do requerente para responder temporariamente pela 1ª Vara. O ato prescinde de motivação, pois o Provimento da Corregedoria já estabeleceu as regras de substituição de forma claríssima. Embora a regra do texto constitucional seja, de fato, a motivação do ato administrativo, não é preciso ir muito longe para se concluir que nem todo ato será motivado, pois, de forma contrária, a Administração tornar-se-ia inviabilizada por excessivamente burocratizada. Pode-se considerar, nesta hipótese, a Portaria impugnada neste PCA como um ato administrativo vinculado.

Por fim, entendo que, salvo em hipóteses extremadas, seja da inexistência de prestação jurisdicional ou ilegalidade patente, o CNJ não deve imiscuir-se no âmbito de atuação do Tribunal que tem autonomia para formular sua própria escala de juízes para substituição.

Por esta razão, julgo improcedente o pedido do requerente para que seja invalidada a Portaria que o dispensou da substituição, e consequentemente, sua recondução à 1ª Vara de Balsas.

2. RELATIVAMENTE À INEXIGÊNCIA DO TÍTULO DE BACHARELADO EM DIREITO PARA OS ASSESSORES DE JUIZ.

O requerente defende que a extinção de sua designação para responder em substituição ocorreu como forma de puni-lo, além de servir como subterfúgio do Corregedor Geral de Justiça para nomear novamente no cargo de Assessor de Juiz - B a servidora **MARIA DO NAZARÉ LIMA DE OLIVEIRA**.

No início, o fato da servidora não possuir bacharelado em direito constituía irregularidade aos olhos do requerente. Transcrevo trecho de sua inicial(REQINICI1):

"... deixar que a assessora, MARIA DO NAZARÉ LIMA DE OLIVEIRA, com formação em outra área que não a jurídica e, comprovadamente, sem a devida habilitação técnica para bem desempenhar as atribuições do cargo em unidade judicial que se encontra em situação deplorável - o que é de conhecimento inclusive da própria Corregedoria, quando esteve em correição na unidade judicial no último mês de novembro de 2010, conforme relatório final dos trabalhos por ela mesmo elaborado - **continue ocupando irregularmente o cargo.**
(Grifo nosso)

Entretanto, em outro requerimento, o magistrado argumenta em sentido contrário(PET35):

Imperioso destacar que não está em discussão aqui se o cargo de Assessor de Juiz B deveria ser ocupado exclusivamente por pessoa portadora do Curso Superior de Direito, ou se a Sra. MARIA DE NAZERÁ LIMA DE OLIVIERA é graduada em Direito.

...

Outro é o foco da questão, ou seja, é aquele bem explicitado e comprovado no requerimento inicial, qual seja, a utilização de marcações pelo Sr. Corregedor-Geral para reconduzir a Sra. MARIA DE NAZARÉ DE LIMA DE OLIVEIRA ao cargo de Assessor de Juiz B, em detrimento de tudo o que foi sustentado e robustamente demonstrado nos autos.

Não nos parece evidenciado que a portaria que fez cessar a designação do requerente para a substituição tenha servido de subterfúgio para trazer de volta a servidora. A escolha do assessor que irá auxiliá-lo é **prerrogativa do próprio juiz**. E, pelo visto nos autos, foi o magistrado (que assumiu a substituição após o requerente) quem decidiu pelo retorno da servidora ao cargo.

Neste ponto, deve-se ressaltar que, apesar do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão determinar que compete ao Presidente do Tribunal *"nomear servidores em cargos comissionados e nomear e lotar os servidores efetivos do Poder Judiciário, em ambos os casos, após aprovação do Plenário; e prorrogar, quando requerido pelo servidor, o prazo para posse por até trinta dias"* (inciso XXXV, art. 25), **a escolha do assessor é prerrogativa exclusiva do próprio magistrado.**

Desta forma, e considerando-se que o próprio requerente afirmou que a questão do requisito do bacharelado em direito não está em discussão nestes autos, **julgo improcedente o pedido de determinação para que o Tribunal invalide a Portaria que exonerou a assessora indicada pelo requerente.**

3. RELATIVAMENTE AO PAGAMENTO AO MAGISTRADO PELOS DIAS DE SUBSTITUIÇÃO.

O Corregedor Geral de Justiça informou que já estão sendo tomadas providências para que o magistrado seja devidamente remunerado pelos dias de substituição. Ademais, o CNJ já firmou entendimento de que não está no rol de suas competências constitucionais a cobrança de valores ou parcelas estipendiárias que não têm repercussão geral. Transcrevo precedente neste sentido:

Pedido de Providências. Recurso Administrativo. Magistrado. Pagamento de abono de férias. Interesse individual. Cobrança de valores. Incompetência do CNJ. 1) O Conselho Nacional de Justiça, sob pena de desvirtuamento de sua função Constitucional de Órgão Central de Planejamento e Cúpula no que se refere ao controle da atividade administrativa e financeira do Poder Judiciário, não conhece de pedidos voltados à tutela de interesse individual, mormente quando voltado à cobrança de valores ou parcelas estipendiárias como, no caso, o pagamento de abono de férias a Magistrado posto em disponibilidade. Precedentes do CNJ. 2) Recurso Administrativo conhecido, mas negado provimento. (CNJ – PP 0006721-46.2010.2.00.0000 – Rel. Cons. Walter Nunes da Silva Júnior – 116ª Sessão – j. 09/11/2010 – DJ - e nº 206/2010 em 11/11/2010 p. 39).

3. CONCLUSÃO.

Pelo exposto, julgo totalmente improcedente este PCA.

Brasília, 05 de julho de 2011.

[1] Art. 3º. O Corregedor-Geral da Justiça poderá designar, nos casos de afastamento de Juiz Titular, Juiz de Direito Substituto zoneado na respectiva circunscrição ou, na falta ou impedimento deste, Juiz Substituto de outra Zona, e, ainda, não havendo Substituto disponível, Juiz Titular de Comarca ou Vara de outra localidade.

NELSON TOMAZ BRAGA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por NELSON TOMAZ BRAGA em 06 de Julho de 2011 às 15:13:43



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1239297**



11070615145400000000001238589